

A. I. N° - 129712.0016/22-3
AUTUADO - HIPERIDEAL EMPREENDIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - MARIA CRISTINA ALVES CORREIA SANTOS
ORIGEM - DAT METRO / IFEP COMÉRCIO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.09.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF N° 0186-05/24-VD**

EMENTA: ICMS. CRÉDITO INDEVIDO. AQUISIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO. Os documentos apresentados na impugnação, como o que está à fl. 51 no resumo de apuração do ICMS em setembro de 2018, revela o estorno de créditos com referência às nota fiscais 9662/9663, os mesmos documentos fiscais que embasaram o lançamento, conforme demonstrativos da autuante, fls. 13/14, fato reconhecido pela autuante que consentiu com a improcedência do lançamento. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 27.09.2022, sendo lançado imposto no valor total de R\$ 195.559,50, acrescido de multa de 60%, e demais acréscimos moratórios, em decorrência da seguinte infrações à legislação do ICMS:

INFRAÇÃO 01 - Utilizou indevidamente crédito fiscal referente a mercadoria adquirida com para integrar o ativo do estabelecimento. O crédito foi utilizado integralmente no mês de aquisição além da apropriação através do CIAP, como demonstrado nas cópias dos livros de apuração e de registro de entradas e do demonstrativo CIAP, em anexo ao auto de infração.

Foi apresentada defesa às fls. 29/30, que em resumo, traz as seguintes alegações.

Diz que a autuação ocorreu por mero equívoco da autoridade fiscalizadora, pois conforme será demonstrado a empresa não incorreu na conduta questionada visto que apesar de destacado o ICMS na nota fiscal de entrada, foi efetuado o estorno do referido crédito o que impossibilita a existência de utilização indevida do crédito.

Que da análise do registro de apuração nos autos (doc. 03) bem como do doc. 04, verifica-se que no período apontado, houve estorno de R\$ 206.030,65, restando cristalino que o referido crédito já foi quitado pela impugnante restando inclusive saldo credor na referida conta. Que a empresa realizou o estorno nos moldes do RICMS/BA.

Em razão do exposto, pede pela improcedência do Auto de Infração.

A autuante prestou informação fiscal à fl. 59, quando diz que reconhece o erro no levantamento fiscal, que foi induzido pelos dados constantes no sistema de fiscalização que aponta o creditamento indevido do ativo.

VOTO

Trata-se de auto de infração por suposto crédito indevido na aquisição de materiais para incorporação ao ativo permanente do contribuinte.

Os documentos apresentados na impugnação, como o que está à fl. 51 no resumo de apuração do ICMS em setembro de 2018, revela o estorno de créditos com referência às nota fiscais 9662/9663, os mesmos documentos fiscais que embasaram o lançamento, conforme demonstrativos da autuante, fls 13/14, fato reconhecido pela fiscalização que consentiu com a improcedência do lançamento.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **129712.0016/22-3** lavrado contra **HIPERIDEAL EMPREENDIMENTOS LTDA.**

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do artigo 169, inciso I, alínea “a” do RPAF/99, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 18.558/18, com efeitos a partir de 18/08/18.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de agosto de 2024.

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR